

PREGÃO ELETRÔNICO – FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO
REGISTRO DE PREÇOS


(Processo e-PAD n. 10072/2024)



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1 - Aquisição de bens de consumo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.


GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
1	1	<p>PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AA</p> <p>- O PRODUTO DEVERÁ RESPEITAR, EM SUA COMPOSIÇÃO, OS LIMITES MÁXIMOS DE CHUMBO, CÁDMIO E MERCÚRIO ADMITIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA N° 401, DE 04/11/2008, CONFORME LAUDO FÍSICO-QUÍMICO DE COMPOSIÇÃO ELABORADO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA N° 08, DE 03/09/12.</p> <p>- DEVERÁ HAVER INSCRIÇÃO LEGÍVEL E INDELÉVEL NO CORPO DO PRODUTO, CONTENDO NOME OU MARCA DO FABRICANTE.</p> <p>- O PRODUTO DEVERÁ SUPORTAR ESTOCAGEM MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, SEM PERDA DAS CONDIÇÕES IDEAIS DE USO.</p>	231790	Embalagem com 4 unidades	99	16	R\$ 9,19	R\$ 147,04	R\$ 909,81

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	2	<p>PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AAA</p> <p>- O PRODUTO DEVERÁ RESPEITAR, EM SUA COMPOSIÇÃO, OS LIMITES MÁXIMOS DE CHUMBO, CÁDMIO E MERCÚRIO ADMITIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 04/11/2008, CONFORME LAUDO FÍSICO-QUÍMICO DE COMPOSIÇÃO ELABORADO POR LABORATÓRIO ACREDITO PELO INMETRO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 08, DE 03/09/12.</p> <p>- DEVERÁ HAVER INSCRIÇÃO LEGÍVEL E INDELÉVEL NO CORPO DO PRODUTO, CONTENDO NOME OU MARCA DO FABRICANTE.</p> <p>- O PRODUTO DEVERÁ SUPORTAR ESTOCAGEM MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, SEM PERDA DAS CONDIÇÕES IDEAIS DE USO.</p>	419860	Embalagem com 4 unidades	39	7	R\$ 14,15	R\$ 99,05	R\$ 551,85
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
2	3	<p>BANDEIRA LUXO PARA USO INTERNO</p> <p>BANDEIRA DO BRASIL</p> <p>- BANDEIRA PARA USO INTERNO, CONFECCIONADA EM CETIM DE SEDA, COM LETRAS E APLICAÇÕES BORDADAS A LINHA EM AMBAS AS FACES,</p>	373252	Unidade	26	20	R\$ 410,30	R\$ 8.206,00	R\$ 10.667,80

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
		<p>MEDINDO 0,93 X 1,28M (02 PANOS). (CONFORME NORMAS ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019.).</p> <p>- ACOMPANHADA DE LAÇO E ROSETA/FLORÃO DE CETIM (COM 2 CORES DA BANDEIRA).</p> <p>FOTO ILUSTRATIVA DE REFERÊNCIA:</p> 							
2	4	<p>BANDEIRA LUXO PARA USO INTERNO</p> <p>BANDEIRA DE MINAS GERAIS</p> <p>- BANDEIRA PARA USO INTERNO, CONFECCIONADA EM CETIM DE SEDA, COM LETRAS E APLICAÇÕES BORDADAS A LINHA EM AMBAS AS FACES, MEDINDO 0,93 X 1,28M (02 PANOS). (CONFORME NORMAS ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019.).</p> <p>- ACOMPANHADA DE LAÇO E ROSETA/FLORÃO DE CETIM (COM 2 CORES DA BANDEIRA).</p> <p>FOTO ILUSTRATIVA DE REFERÊNCIA :</p>	373252	Unidade	26	20	R\$ 428,00	R\$ 8.560,00	R\$ 11.128,00



GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
									
2	5	<p>BANDEIRA LUXO PARA USO INTERNO</p> <p>BANDEIRA DO TRT-MG</p> <p>- BANDEIRA PARA USO INTERNO, CONFECCIONADA EM CETIM DE SEDA, COM LETRAS E APLICAÇÕES BORDADAS A LINHA EM AMBAS AS FACES, MEDINDO 0,93 X 1,28M (02 PANOS). (CONFORME NORMAS ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019.).</p> <p>- ACOMPANHADA DE LAÇO E ROSETA/FLORÃO DE CETIM (COM 2 CORES DA BANDEIRA).</p> <p>FOTO ILUSTRATIVA DE REFERÊNCIA:</p> 	373252	Unidade	26	20	R\$ 540,00	R\$ 10.800,00	R\$ 14.040,00

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
2	6	<p>KIT CONTENDO: 1 SUPORTE (PARA 3 MASTROS) E 3 MASTROS DE METAL PARA BANDEIRAS</p> <p>- MATERIAL DO SUPORTE: MADEIRA MACIÇA DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO ATÉ 10 KGS.</p> <p>- MATERIAL DO MASTRO: ALUMÍNIO.</p> <p>- ALTURA MÍNIMA DO MASTRO: 1,90 METROS.</p> <p>- COR PREDOMINANTE DO SUPORTE: MARROM.</p> <p>OBS: O SUPORTE DEVE POSSUIR 3 (TRÊS) MASTROS (NÃO FIXOS) PARA BANDEIRAS DE TAMANHO 0,93 X 1,28M.</p> <p>FOTO ILUSTRATIVA DE REFERÊNCIA DO SUPORTE E MASTROS:</p> 	284238	Unidade	26	20	R\$ 866,91	R\$ 17.338,20	R\$ 22.539,66

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
-	7	<p>RELÓGIO REDONDO, TIPO PAREDE</p> <p>- EM MATERIAL PLÁSTICO</p> <p>- COR BRANCA.</p> <p>- DIÂMETRO ENTRE 25 E 30 CMS.</p> <p>- MOSTRADOR ANALÓGICO, PROTEGIDO POR PLÁSTICO OU VIDRO.</p> <p>- FUNCIONAMENTO À PILHA.</p> <p>- A MARCA DEVERÁ CONSTAR NO CORPO DO OBJETO.</p> 	437698	Unidade	74	-	R\$ 64,74	-	R\$ 4.790,76
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
3	8	<p>TAPETE PERSONALIZADO TIPO CAPACHO</p> <p>TAMANHO: 2 X 1,20 METROS.</p> <p>ESPESSURA: 10 A 12 MM</p> <p>MATERIAL: SINTÉTICO, COM FILAMENTOS DE VINIL OU PVC ENTRELAÇADOS COM COSTADO SÓLIDO</p>	405539	UNIDADE	57	10	R\$ 399,00	R\$ 3.990,00	R\$ 22.743,00

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
		<p>COR: CINZA (MESMA TONALIDADE PARA TODOS OS TAPETES)</p> <p>TEXTOS PERSONALIZADOS INDIVIDUALMENTE PARA CADA TAPETE.</p> <p>TEXTOS / LOGOMARCAS SERÃO COLORIDOS. A CRITÉRIO DO TRT-MG.</p> <p>LAVÁVEL E ANTIDERRAPANTE</p> <p>FOTO <u>ILUSTRATIVA</u> DO MODELO DO TAPETE:</p> 							
3	9	<p>TAPETE PERSONALIZADO TIPO CAPACHO</p> <p>TAMANHO: 1 X 0,60 METROS.</p> <p>ESPESSURA: 10 A 12 MM</p> <p>MATERIAL: SINTÉTICO,</p>	476730	UNIDADE	171	30	R\$ 219,00	R\$ 6.570,00	R\$ 37.449,00

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
		<p>COM FILAMENTOS DE VINIL OU PVC ENTRELAÇADOS COM COSTADO SÓLIDO</p> <p>COR: CINZA (MESMA TONALIDADE PARA TODOS OS TAPETES)</p> <p>TEXTOS PERSONALIZADOS INDIVIDUALMENTE PARA CADA TAPETE.</p> <p>TEXTOS / LOGOMARCAS SERÃO COLORIDOS. A CRITÉRIO DO TRT-MG.</p> <p>LAVÁVEL E ANTIDERRAPANTE</p> <p>FOTO <u>ILUSTRATIVA</u> DO MODELO DO TAPETE:</p> 							

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE										
-	10	<p>LIXEIRA COM TAMPA PARA USO INTERNO EM BANHEIRO</p> <p>- MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL POLIDO.</p> <p>CAPACIDADE:12 L, TIPO:COM TAMPA.</p> <p>- MEDIDAS: DIÂMETRO: Mínimo de 25 CMS, ALTURA: mínimo de 38 CMS.</p> <p>- COM HASTE E PEDAL PARA ACIONAMENTO DA TAMPA</p> <p>- CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CESTO INTERNO EM MATERIAL POLIETILENO.</p>	484435	Unidade	100	30	R\$ 129,29	R\$ 3.878,70	R\$ 12.929,00	
		 								

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE A REGISTRAR	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR AQUISIÇÃO IMEDIATA (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE									
-	11	<p>Tesoura</p> <p>Material: aço inoxidável, Material do cabo: plástico, Comprimento: 21 cms</p> <p>Deverá haver inscrição legível e indelével na embalagem do produto, contendo nome ou marca do fabricante.</p> <p>O produto deverá suportar estocagem mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega, sem perda das condições ideais de uso.</p>	283560	Unidade	194	-	R\$ 7,58	-	R\$ 1.470,52
VALOR TOTAL AQUISIÇÃO IMEDIATA								R\$ 59.588,99	
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO									R\$ 139.219,40

1.2- Os números de CATMAT acima descritos são apenas referências dos produtos especificados, podendo não ser exatamente o objeto pretendido em todas as suas características listadas acima, pela impossibilidade de se encontrar, em muitos casos, o objeto idêntico no Comprasnet.

1.3 – Foram priorizados na tabela de disposição de itens licitados a divisão por itens. Entretanto, as bandeiras (juntamente com mastros e bases), pilhas e tapetes devem ser padronizados e serão fornecidos em conjunto às unidades do TRT-MG. Dessa forma, foram criados 3 grupos pois os fornecimentos de Pilhas AA e AAA (grupo 1), bandeira, mastro e base (grupo 2) e tapetes nos dois tamanhos (grupo 3) possibilitam que fornecedores que trabalham com esses produtos no mesmo segmento possam oferecer produtos compatíveis e padronizados.

1.4- O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto n. 10.818/2021, amoldando-se à categoria bem de consumo comum, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei n. 14.133/2021.

1.5 - Observou-se, na pesquisa de preços, o art. 23, § 1º da Lei 14.133/2021.

1.6 - A SML realizou pesquisa de preços públicos no Painel de Preços, no Banco de preços e sítios eletrônicos privados, conforme planilhas carregadas aos autos, observando a Lei n. 14.133/2021 e a IN/SEGES/ME n. 65/2021. Em relação à pesquisa do item 3, 4 e 5, não foram encontrados preços

públicos que satisfaçam às especificações exatas, por ser um item específico, que inclui o material (cetim), bordada e roseta, das bandeiras. Nos sítios eletrônicos foi localizado apenas um preço que atende às especificações. Pelas razões expostas e acrescentando-se que é um mercado que trabalha em função de orçamentos personalizados, necessitamos complementar as pesquisas incluindo preços de orçamentos privados, a fim de termos valores que permitam maior precisão possível e evitar eventual fracasso na licitação em razão da escassez de preços de referência. Foram necessárias cotações de preço mediante orçamento com empresas fornecedoras, obtendo o máximo de orçamentos possíveis após extensiva busca de propostas comerciais,

1.7 - A pesquisa de preços está discriminada em documento anexo a este Termo de Referência.

1.8 - Calculou-se o coeficiente de variação dos orçamentos coletados, a fim de avaliar o grau de dispersão dos dados em torno da medida de centralidade (média). Em itens onde o coeficiente de variação foi igual ou inferior a 25%, o preço estimado utilizado foi a média dos orçamentos válidos, e, nos itens onde o coeficiente de variação foi superior a 25%, o preço estimado utilizado seria a mediana dos valores.

1.9 De modo a possibilitar preços mais próximos possíveis do real e minimizar eventual fracasso na licitação em razão dos valores das ofertas, deixou-se de considerar os valores de fretes obtidos em pesquisas pelos sítios eletrônicos. Embora seja recomendado que se some os valores do envio/frete, notou-se que os valores de envio para 1 unidade dos itens pesquisados torna o preço irreal, chegando a 100% do valor do item, uma vez que o Tribunal fará a compra de diversos itens por pedido.

1.10 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses (art. 84, Lei 14.133/2021), e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. A validade de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação, propiciará a redução de custos e despesas com a realização de outros procedimentos licitatórios para aquisições dos bens ora licitados, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

1.10 - Sugere-se a adoção e formação do Cadastro de Reserva para aqueles licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos dos licitantes vencedores na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência (art. 82º, VII da Lei nº 14.133/2021). O referido Cadastro facilita a contratação na eventual impossibilidade da adjudicatária em fornecer o bem licitado (Gestão de Riscos).

1.11 - Não será possível a participação tardia/adesão a qualquer das Atas de Registro de Preços resultantes desta licitação.

1.12 - Em face da natureza e especificidade dos serviços a serem contratados, e ainda considerando que o custo de frete/deslocamento será essencial para obtenção de propostas mais vantajosas para o TRT3, sugere-se dispensar o procedimento público de intenção de registro de preços neste certame.

2 FUNDAMENTAÇÃO

O objetivo deste procedimento licitatório é manter o estoque de materiais de consumo em níveis adequados, de forma a suprir as demandas deste Tribunal, para o perfeito e pleno funcionamento de suas unidades em todo o Estado de Minas Gerais, em conformidade com os objetivos contidos no seu Planejamento Estratégico 2021-2026.

A Secretaria de Material e Logística (SEML) é responsável pelo planejamento, aquisição e controle de estoque de grande parte dos materiais de expediente utilizados pelas unidades do TRT da 3ª Região. Periodicamente, realizamos uma análise do comportamento do consumo dos materiais com as respectivas projeções da cobertura de estoque de todos os itens.

Conforme previsto no estudo técnico preliminar, em relação à quantidade estimada para a licitação, segue replicado abaixo no termo de referência os levantamentos feitos na etapa anterior com suas devidas justificativas.

Nesta proposição, selecionamos os itens com solicitações de atendimento pendentes ou com número significativo de pedidos, itens com baixa cobertura de estoque e aqueles que poderão ter aumento de demanda pela possível instalação de novas varas e setores administrativos em iminente novo prédio do TRT-MG na capital.

O quantitativo a registrar de cada item foi projetado partindo do histórico de consumo de cada item e multiplicando-se pelo número de meses necessários para garantir um estoque "virtual" com cobertura de 24 meses. Optamos por registrar um quantitativo maior que garanta essa cobertura de 24 meses, tendo em vista a possibilidade de renovação das Atas na Lei 14133/021 e o tempo gasto na tramitação do processo de aquisição até a efetiva entrega dos materiais, sem que se busque compras emergenciais e sem comprometimento do funcionamento de varas e setores administrativos.

- Para PILHAS AA: O quantitativo foi baseado na planilha de solicitações das pilhas anexada no EPAD (onde consta a média mensal de 11 unidades nos últimos 27 meses – 2022, 2023 e 3 meses de 2024), mais o quantitativo previsto de 53 pilhas para os novos relógios de parede que serão licitados neste termo de referência (item 7) + 30% da quantidade média de demandas para reserva emergencial. Cada relógio utiliza 1 pilha AA.

Somando-se as quantidades acima expostas, temos o quantitativo total necessário de 396 pilhas: 53 unidades para os novos relógios de parede + 264 unidades - média de cobertura para 24 meses: 11 de média x24 meses) + 30% da quantidade média de demandada para reserva emergencial

(79 unidades. 30% de 264 pilhas).

Dessa quantidade, divide-se por 4 unidades, sendo 99 a quantidade de embalagens com 4 pilhas cada.

Para aquisição imediata, por ser um produto que não permite armazenamento prolongado, temos o seguinte cálculo: 66 unidades, média de cobertura para 6 meses (11 x 6 meses).

Dessa quantidade, divide-se por 4 unidades, sendo 16 a quantidade de embalagens com 4 pilhas cada.

- Para PILHAS AAA: O quantitativo foi baseado na planilha de solicitações das pilhas anexada no EPAD (onde consta a média mensal de 5 unidades nos últimos 27 meses – 2022, 2023 e 3 meses de 2024) + 30% da quantidade demandada para reserva emergencial.

Somando-se as quantidades acima expostas, temos o quantitativo total necessário de 156 pilhas: 120 unidades (média de cobertura para 24 meses: 5 de média x24 meses) + 30% da quantidade média de demandada para reserva emergencial (36 unidades. 30% de 120 pilhas).

Dessa quantidade, divide-se por 4 unidades, sendo 39 a quantidade de embalagens com 4 pilhas cada.

Para aquisição imediata, por ser um produto que não permite armazenamento prolongado, temos o seguinte cálculo: 30 unidades, média de cobertura para 6 meses (5 x 6 meses).

Dessa quantidade, divide-se por 4 unidades, sendo 7 a quantidade de embalagens com 4 pilhas cada.

- PARA BANDEIRAS DE LUXO PARA USO INTERNO: Os itens 3, 4 e 5 (itens de mesma natureza a serem distribuídos juntamente e só diferem no layout), tem sua demanda baseada na solicitação do setor demandante (Cerimonial) para renovar todas as bandeiras de luxo existentes nos locais de Alta Administração, haja vista que a última aquisição deste material ocorreu em 2015. Em 2023 foi realizado Pregão Eletrônico nº 32/2023, mas esse item foi deserto. A aquisição imediata, 20 unidades, baseia-se no quantitativo de bandeiras atualmente distribuídas nos locais e a quantidade total a registrar inclui um acréscimo de 30% para atendimento de eventuais novas demandas.

- Para KIT COM 1 SUPORTE E 3 MASTROS PARA BANDEIRAS: O item 6 é um produto para atender às bandeiras presentes nos itens 3, 4 e 5. A sua quantidade é a mesma do item 6 uma vez que cada kit receberá uma de cada bandeira. A quantidade se justifica na solicitação do setor demandante (Cerimonial) para renovar todas as bandeiras de luxo existentes nos locais de Alta Administração, haja vista que a última aquisição deste material ocorreu em 2015. Em 2023 foi realizado pregão eletrônico, Pregão Eletrônico nº 32/2023, mas esse item foi deserto. A aquisição imediata, 20 unidades, baseia-se no quantitativo de bandeiras atualmente distribuídas nos locais e a quantidade total a registrar inclui um acréscimo de 30% para atendimento de eventuais novas demandas.

- Para RELÓGIOS REDONDOS DE PAREDE: O quantitativo foi baseado na planilha de

distribuição das pilhas anexada no EPAD (onde consta a média mensal de 3 unidades nos últimos 12 meses).

Somando-se as quantidades acima expostas, temos o quantitativo total necessário de 74 unidades: 72 unidades (cobertura estimada para 24 meses, 3x24 meses) + 30% da quantidade média de demandada para reserva emergencial (21 unidades. 30% de 72 pilhas).– 19 unidades presentes no estoque do TRT-MG).

Por termos estoque de aproximadamente 6 meses, não teremos aquisição imediata para este item.

- Para TAPETES ANTIDERRAPANTES: A Escola Judicial do TRT-MG solicitou 11 tapetes para utilizar em suas instalações, de tamanhos variados. Por já se fazer necessário que o Tribunal adquira novos tapetes, pela necessidade de reposição de diversos itens desgastados e velhos, e antecipando novos pedidos futuros, propomos o total de 228 novos tapetes para entradas de seus prédios, sendo 30 para edificações presentes na capital (10 prédios x 3 tapetes por prédio, para entrada, porta de elevador, saída de garagem ou outra necessidade específica de cada edificação) e 198 em cidades do interior de Minas Gerais (66 prédios x 3 tapetes por prédio, para entrada, porta de elevador, saída de garagem ou outra necessidade específica de cada edificação). Os tapetes presentes na instituição estão desgastados e necessitam de reposição, conforme fotos anexadas ao EPAD.

- Para LIXEIRAS COM TAMPA: O quantitativo solicitado está de acordo com o previsto no PAA de 2024, 100 unidades, sendo a compra direta de 30 itens para atender demandas de imediato, por ser um item de extrema urgência. O saldo prevê necessidades futuras do TRT-MG para troca de lixeiras mais velhas e, principalmente, em virtude de eventuais novas instalações do TRT-MG na capital, que demandará abastecimento desse item nas varas do trabalho e setores administrativos.

- TESOURAS: O quantitativo foi baseado na planilha de distribuição das pilhas anexada no EPAD (onde consta a média mensal de 10 unidades nos últimos 12 meses).

Somando-se as quantidades acima expostas, temos o quantitativo total necessário de 194 unidades: 240 unidades (cobertura estimada para 24 meses, 10x24 meses) + 30% da quantidade média de demandada para reserva emergencial (72 unidades. 30% de 240 pilhas) – 118 unidades presentes no estoque do TRT-MG).

Por termos estoque atual acima da estimativa de utilização de 6 meses, não teremos aquisição imediata para este item.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Trata-se de aquisição de itens de expediente/consumo, contendo as especificações presentes no item 1.1 deste documento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Sustentabilidade:

4.1. Deverão ser observados os critérios previstos no “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) mediante Resolução CSJT n. 310/2021. Deverão ser observados, mais especificamente, o item 1.1 do indigitado Guia, que se refere a material de consumo. Não transcreveremos o item aqui dada sua extensão e a fim de se evitarmos redundância.

Da exigência de amostra:

4.2. Os proponentes classificados provisoriamente em primeiro lugar deverão apresentar catálogos ou folders dos bens licitados, para conferência das especificações dos produtos.

4.3. Não serão exigidas amostras dos itens.

Da Subcontratação:

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Participação de Cooperativas

4.5. Será admitida a participação de Cooperativas, nas seguintes condições:

4.5.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

4.5.2. a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

4.5.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

4.5.4. o objeto da licitação enquadrar-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, aos serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Participação de Empresas Constituídas sob a forma de Consórcio

4.6 Não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de Consórcio, em face da baixa complexidade do objeto.

Da Garantia da contratação:

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, por se tratar de fornecimento, sem prestação de serviços e obrigações acessórias futuras.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Das Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, por meio eletrônico (e-mail), presumindo-se o seu recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de seu envio, ressalvado o direito de produzir provas e apresentar defesa, nos termos do art. 5º, inc. LV da Constituição Federal.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no Centro de Logística Integrada TRT/MG, situado à Avenida Três, nº 311, Parque Norte, Linha Verde - Saída 16, Vespasiano/MG, CEP 33.200-000, mediante prévio agendamento de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, através do telefone (31) 99830-6004, além do envio de e-mail para um o endereço a seguir: recebimento@simaslog.com.br, operacao.mg@simaslog.com.br e sac.vip@simaslog.com.br.
- 5.3. É de inteira responsabilidade dos licitantes a observação das especificações dos bens constantes deste instrumento, de forma a serem atendidas integralmente.
- 5.4. O material entregue deverá ser idêntico ao do folder ou catálogo apresentados. Se, quando do recebimento dos bens / serviços, ficar constatado o não atendimento às especificações, a Contratada fica obrigada a substituí-los, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação, por outros que atendam a este instrumento.
- 5.5. O não atendimento do disposto neste item, e/ou não apresentação de razões de justificativa, importará renúncia, resultando em abandono do bem, cabendo ao Contratante adotar as medidas que melhor lhes aprouver, inclusive o desfazimento, sem direito à indenização. No caso de interposição de medida judicial, a Contratada arcará com as despesas de armazenamento dos materiais em litígio, até a decisão final.
- 5.6. Todos os itens deverão ser novos, entregues devidamente embalados e em perfeitas condições de armazenamento e uso, sem quaisquer danos decorrentes do transporte e/ou manuseio, sob pena de não recebimento dos mesmos e incidência das sanções previstas neste instrumento e na legislação vigente. As entregas deverão estar com as seguintes identificações: nome do fabricante / fornecedor, número da nota de empenho; e os dados referentes à nota fiscal: número e data de emissão e demais informações exigidas pela legislação fiscal.
- 5.7. Se após o recebimento definitivo forem constatados irregularidades, defeitos ou problemas durante a utilização dos produtos, em quantitativo superior a 5% (cinco por cento), a Administração poderá solicitar à empresa contratada a substituição de todo o item recebido, pois nesse caso ficou caracterizado que o objeto não atende às especificações exigidas, sendo assim necessária a troca do item impugnado, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação.

- 5.8. Entregas não agendadas e/ou sem identificação individualizada do produto não serão recebidas.
- 5.9. Caso os bens a serem ofertados sejam provenientes de importação, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega das mercadorias, comprovar a origem dos bens importados e quitação dos tributos de importação a eles referentes.
- 5.10. No caso de inadimplência do licitante vencedor, entrega dos bens com especificações diferentes ao ofertado, com imperfeições ou quantidades inferiores ao registrado em nota de empenho, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo após a composição total dos bens tais como solicitados, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 5.11. Todos os itens deverão ser entregues pelo fornecedor. O custo de entrega já deve estar previsto na proposta para todos os itens.

Da Garantia dos produtos

- 5.12. O prazo de garantia dos bens será de 12 meses, prazo usual de mercado e de acordo com as pesquisas de preço realizadas. Não será exigida a garantia extra / estendida.

6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Não haverá a necessidade de formalização do respectivo termo contratual, tendo em vista se tratarem de bens comuns, com entrega imediata e sem obrigações acessórias futuras.
- 6.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A contratação será gerenciada pela Secretária de Material e Logística ou eventual substituto regulamentar, e fiscalizada pelo Chefe da Seção de Almoxarifado, vinculada à Secretaria de Material e Logística, ou eventual substituto regulamentar.
- 6.5. O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento provisório será feito pelo Fiscal da contratação, imediatamente e após a entrega dos bens. Após o recebimento provisório, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a verificação das especificações, quando então se dará o recebimento definitivo. O recebimento definitivo será de responsabilidade do Gestor da contratação.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação e do Pagamento

- 7.8. Para fins de liquidação e pagamento, a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado deverá conter os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão Contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, o pagamento será creditado pelo Contratante, em nome da Contratada, por meio de ordem bancária, em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras:

a) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

b) no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

7.10. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

7.11. O pagamento será feito em moeda nacional.

7.12. Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa e o respectivo pagamento, estes ficarão sobrestados até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

- 7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.19. Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a Contratada, o Contratante, quando do respectivo pagamento, incidirá juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados de forma simples e pro rata die, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPCA/IBGE, *pro rata die*.
- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.21. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.22. Os documentos fiscais exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento de despesas, deverão ser juntados no portal SIGEO-JT-Execução Financeira (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho), no qual a Contratada deverá se cadastrar previamente ao envio da referida documentação.
- 7.23. Para acesso ao Sistema SIGEO-JT/Execução Financeira, deverá a Contratada utilizar o seguinte link: Portal do Usuário: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/>.
- 7.24. Para demais orientações acerca do Sistema SIGEO-JT, a Contratada deverá acessar o seguinte endereço: Manual de Ajuda: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/> (Fornecedores, Colaboradores e Credenciados da Saúde).

8. DO REAJUSTE

- 8.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, a pedido da Contratada, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, 11/04/2024, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021, limitado o reajuste à variação do IPCA/IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, o que for mais favorável ao Contratante, sem prejuízo da necessária negociação pelo gestor com vistas à obtenção de condição mais vantajosa.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização da modalidade de licitação Pregão, na forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços (art. 78, IV e arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item ou do grupo, observados os valores estimados unitários dos itens do grupo.

9.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de aproximadamente 10% do valor unitário estimado do item, conforme abaixo:

- a) Item 01: R\$ 1,00
- b) Item 02: R\$ 1,50
- c) Item 03: R\$ 40,00
- d) Item 04: R\$ 40,00
- e) Item 05: R\$ 55,00
- f) Item 06: R\$ 90,00
- g) Item 07: R\$ 6,50
- h) Item 08: R\$ 40,00
- i) Item 09: R\$ 20,00
- j) Item 10: R\$ 12,00
- k) Item 11: R\$ 1,00

9.3. O modo de disputa será pelo sistema aberto (art. 56, I da Lei nº 14.133/2021).

9.4. A habilitação jurídica, fiscal e trabalhista das empresas licitantes observará as exigências contidas no respectivo instrumento convocatório, atendendo-se às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 (art. 62 a 69). A SML entende que a habilitação econômica-financeira poderá ser dispensada em razão da natureza do objeto e do valor total da contratação (art. 70, III, Lei 14.133/2021).

Tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

9.5. Todos os itens serão destinados à participação exclusiva de ME e EPP.

10. VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 139.219,40 (Cento e trinta e nove mil, duzentos e dezenove reais e quarenta centavos)**, conforme soma dos valores de cada item presente no item 1.1 e tabela de pesquisa de preços presente em documento anexo.

O custo estimado total da contratação imediata é de **R\$ 59.588,99 (Cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos)**, conforme soma dos valores de cada item que possui previsão de aquisição imediata no item 1.1.

10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

10.3. As informações de dotação orçamentária para fazer face às despesas advindas das futuras contratações serão prestadas à parte pela unidade competente, por ocasião das proposições de aquisição. Somente para os itens em que haverá aquisição imediata será solicitada a dotação orçamentária.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.1.1. advertência;

11.1.2. multa, conforme a seguir:

11.1.2.1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do fornecimento ou serviço em atraso, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste Instrumento;

11.1.2.2. Multa por inexecução contratual parcial de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;

11.1.2.3. Multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 15% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, a ser aplicada para as demais hipóteses de inexecução contratual;

11.1.2.4. Multa por inexecução contratual total, até o máximo de 20% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada para a hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

11.1.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 - Entende-se por "fornecimento em atraso" o valor total da nota de empenho cujos itens foram fornecidos/entregues em atraso, independentemente da CONTRATADA ter realizado a entrega de parte dos itens dentro de prazo, haja vista que a Secretaria de Material e Logística somente poderá

realizar a entrada dos materiais em estoque após a composição/entrega da totalidade dos itens conformes e relacionados na nota de empenho do fornecimento.

11.3 - Entende-se por “valor total do contrato” o valor total do grupo da ata de registro de preços, independentemente de a CONTRATADA ter realizado a entrega de parte dos itens conformes e dentro do prazo, haja vista que o recebimento definitivo o gestor do contrato somente ocorrerá após a composição / entrega da totalidade dos itens conformes e relacionados na nota de empenho ou na ordem de fornecimento.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.4.2. as peculiaridades do caso concreto

11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. - As penalidades pecuniárias descritas neste instrumento poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei nº 14.133/2021.

11.6. - Os atrasos não comunicados ao tempo da ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação, e não devidamente fundamentados, serão considerados como injustificados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 - Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

12.2 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas.

12.3 - Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.4 - Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA.

12.5 - Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas no Edital e notificar a CONTRATADA.

12.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos credenciados pela CONTRATADA.

12.7 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste instrumento e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Entregar, no prazo fixado neste instrumento, os bens conforme o especificado, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE e na medida em que for solicitado.

13.2 - Entregar os bens no local estipulado, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga.

13.3 - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem assim pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pelo CONTRATANTE.

13.4 - Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pela CONTRATANTE, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se integralmente pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, da entrega do bem novo e da retirada do bem a ser substituído.

13.5 - Nas mesmas condições acima estabelecidas deverão ser substituídos os bens que, durante o prazo de validade, apresentem defeitos ou se mostrem inadequados ao seu uso e à finalidade a que se destinam.

13.6 - Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.

13.7 - É de responsabilidade única e exclusiva do licitante a apresentação de documentos que comprovem as afirmações contidas em sua proposta técnica. Comprovações necessárias à análise técnica, que não constem da proposta do licitante, poderão ser exigidas pelo CONTRATANTE durante toda a realização do procedimento licitatório.

13.8 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação consignadas no Edital.

13.9 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, cadastro atualizado de contato, endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*).

13.10 - Os avisos, solicitações e notificações serão enviadas por meio eletrônico (*e-mail*), presumindo-se o seu recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis de seu envio.

13.11 - Na hipótese de haver necessidade de substituição de determinado item por outro de marca diversa, deverá requerer previamente a sua substituição, informando as justificativas, o modelo e marca substituta, comprovando ser esta de qualidade similar ou superior à marca substituída. O valor do item não poderá ser alterado, e será solicitada 01 (uma) amostra do bem, acompanhada de suas especificações.

13.12 - Cadastrar e alimentar com os dados e documentos necessários o Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho – SIGEO JT, conforme legislação vigente.

14. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1. A contratação integrará o Plano de Contratações Anual de 2024 deste Tribunal.

14.2. Os itens 115.18 (pilha AA), 115.19 (pilha AAA) e 115.24 (lixeira com tampa) já estão contemplados no PCA 2024 SEML. Os itens bandeira, Kit de base com mastro para bandeira, relógio de parede, tesoura e tapete personalizado terão suas inclusões no PCA 2024 solicitadas à Diretoria de Administração.

15. VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

15.1. A contratação proposta está alinhada a Perspectiva Processos internos: “OE6 – Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas”, contidos no Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Regional.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2024

CAROLINA SANTA ROSA NOGUEIRA DA GAMA
SECRETÁRIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO